

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.957 - SP (2019/0257332-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **DECON INDUSTRIA DE FERRAMENTARIA E PROTOTIPO EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **TFL FERRAMENTARIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **GUSTAVO BISMARCHI MOTTA - SP275477**
FERNANDA PALLADINI VAQUEIRO FERREIRA E OUTRO(S) - SP345434
ANA ELIZA PINTO ALLI - SP418616
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE DIADEMA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE DIADEMA - SP**
INTERES. : **ANDRÉ DOS SANTOS ARAÚJO**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONFLITO POSITIVO. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DE BENS E/OU VALORES INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA, EXARADAS PELO JUÍZO TRABALHISTA ANTERIORES AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES, A ENSEJAREM O CONHECIMENTO DO PRESENTE INCIDENTE. LIMINAR INDEFERIDA.

DECISÃO

DECON Indústria de Ferramentaria e Protótipo EIRELI e TFL Ferramentaria Ltda., ambas em recuperação judicial, suscitam o presente conflito de competência, em que apontam como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Diadema - SP e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Diadema - SP.

Informam as suscitantes estarem submetidas a processo de recuperação judicial cujo pedido foi deferido nos autos de n. 1005348-57.2018.8.26.0161 pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Diadema - SP, com deliberação no sentido de se suspenderem as ações e execuções em curso contra as recuperandas.

Não obstante, noticiam que o Juízo do Trabalho, nos autos da Reclamação Trabalhista de n. 1005348-57.2018.8.26.0161, em confronto com a competência do Juízo Universal, determinou, em 17/8/2018, a penhora de crédito da suscitante, o qual provém de serviço prestado à empresa CIE Nakayone Ltda., no valor de R\$ 181.500,00 (cento e oitenta e um mil e quinhentos reais).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, defendem estar configurado o conflito de competência, uma vez que o Juízo universal exerce a força atrativa (*vis attractiva*) sobre todas as ações e execuções de interesse das suscitantes, sendo de rigor a suspensão de todos os processos em desfavor delas, inclusive da respectiva demanda que tramita perante o Juízo trabalhista.

À vista dessas alegações, pedem o deferimento da liminar para que seja levantada a ordem de penhora sobre o crédito das recuperandas e declarada, no mérito, a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Diadema - SP para apreciar todos os atos incidentes sobre o patrimônio das suscitantes, durante a vigência do plano de soerguimento.

Foram intimadas as requerentes para complementarem a documentação acostada aos autos, a fim de demonstrarem devidamente a existência do conflito do suscitado, notadamente a decisão do Juízo trabalhista mencionada na petição inicial que determinou a constrição sobre os bens da recuperanda (e-STJ, fl. 72).

Em observância à requisição desta relatoria, as empresas requerentes juntaram aos autos as peças da citada Reclamação Trabalhista (e-STJ, fls. 76-1.168).

Brevemente relatado, decido.

Não se vislumbra, em juízo de cognição sumária, a existência do conflito apontado.

É que, mesmo sendo intimadas a complementarem a documentação do incidente em apreço, sobretudo com a juntada do suposto *decisum* prolatado pelo Juízo do Trabalho, em que se determinou a penhora de crédito das suscitantes, estas não colacionaram ao presente feito o documento primordial à demonstração da sua tese de haverem decisões conflitantes.

Embora tenham trazido ao incidente em estudo as peças da Reclamação Trabalhista de n. 1005348-57.2018.8.26.0161, não há, nos extensos documentos juntados, nenhum julgado proferido pelo Juízo laboral que afete o patrimônio das recuperandas posterior ao deferimento do pedido de recuperação judicial, datado de

Superior Tribunal de Justiça

22/5/2018 (e-STJ, fls. 50-51).

Pelo contrário, o que se verifica é a existência de um despacho, juntado inicialmente, subscrito pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Diadema - SP, no qual, em decorrência da notícia de deferimento da recuperação judicial das ora requerentes, determinou a suspensão da execução em relação a elas (e-STJ, fl. 57).

Delineado tal quadro, não se evidencia a existência de decisões conflitantes que pudessem ensejar o conhecimento do presente incidente.

Ora, conforme o entendimento pacífico desta Corte, somente se instaura o conflito de competência quando **dois Juízos se declaram competentes ou incompetentes para processamento e julgamento de uma mesma demanda** ou quando, por regra de conexão, houver controvérsia entre eles acerca da reunião ou separação dos processos.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA E RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ART. 115 DO CPC. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO. CONFLITO NÃO CONHECIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conflito de competência caracteriza-se pela manifestação de, no mínimo, dois órgãos jurisdicionais que se considerem competentes ou incompetentes para julgar a mesma demanda, ou diverjam a respeito da reunião ou da separação de processos (art. 115 do CPC).

2. Não há falar em conflito positivo quando as decisões são proferidas por juízes distintos, em ações de naturezas distintas, com partes, causas de pedir e objetos diversos, cada um no exercício legal de sua respectiva competência. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 115.211/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/04/2012, DJe 18/04/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CIVIL. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE JUÍZO SUSCITANTE SOBRE A COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO.

-Só há conflito de competência quando dois juízos se declaram competentes ou incompetentes para o exame da mesma lide.

-Conflito de competência não conhecido.

- Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 120.426/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2012, DJe 02/05/2012)

Ante o exposto, **indeferio** a liminar.

Oficie-se aos Juízos suscitados, solicitando-lhes que prestem as necessárias informações, no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

